

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUSTAVO DE AZEVEDO KNORR

**O SETOR ORIZÍCOLA BRASILEIRO: AS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO
E A INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL**

Porto Alegre

2012

GUSTAVO DE AZEVEDO KNORR

**O SETOR ORIZÍCOLA BRASILEIRO: AS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO
E A INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Porto Alegre

2012

GUSTAVO DE AZEVEDO KNORR

**O SETOR ORIZÍCOLA BRASILEIRO: AS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO
E A INSERÇÃO NO CENÁRIO MUNDIAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato - orientador
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
UFRGS

Prof. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, principalmente, aos meus pais, pelo incentivo, apoio e estímulo para que este trabalho fosse realizado.

Aos meus irmãos, pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos que, de uma forma ou outra, contribuíram na conclusão desta etapa.

Ao Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato, pela orientação neste trabalho.

Muito Obrigado!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar as principais políticas de comercialização utilizadas no setor orizícola brasileiro e suas influências na inserção do mesmo no cenário mundial. Através da caracterização da cadeia de arroz brasileira e da apresentação dos principais indicadores no período de 2000 a 2011 será possível situar-se na atual realidade do setor no Brasil. O cenário mundial também será caracterizado com o intuito de se poder visualizar a posição do Brasil frente ao mercado internacional do produto. A apresentação das políticas de comercialização e dos acordos regionais que influenciam no comércio internacional do cereal aliados aos indicadores percebidos no trabalho tem como objetivo identificar o nível de representatividade do setor brasileiro atualmente. Os resultados mostram que o Brasil tem participação importante neste mercado em nível de produção e consumo. No entanto, os atuais custos da lavoura arrozeira, a limitada pauta de exportações, o baixo valor do produto agregado exportado e os altos níveis de importação, apesar da autossuficiência na produção, mostram que nosso país ainda tem bastante a evoluir para competir com os principais produtores no mercado internacional.

Palavras-chave: Arroz. Setor orizícola. Políticas de comercialização. Mercado internacional.

ABSTRACT

The objective of this work is to present the main trading policies used in the Brazilian paddy sector and the influences in its competitiveness. Through the characterization of the Brazilian rice chain and the presentation of key 2000 - 2011 indicators, it will be possible picture what the current situation of the sector in Brazil is. The world scenario is also featured in this paper in order demonstrate where the Brazilian market stands in the international market. The trading policies and regional agreements which impact the cereal international trade and the indicators presented in this paper aim to identify the level of competitiveness of the Brazilian industry today. The results show that Brazil plays an important role in this market at both production and consumption level. However, the current cost of rice crops, the limited range of exports, the low value-added export product and high levels of imports, despite the self-sufficiency in the production, show that our country still has plenty of room to develop in order to compete with major producers in the international market.

Key-words: Rice. Brazilian paddy sector. Competitiveness. Trading policies. International market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Produção de arroz no Mundo (2010)	27
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área plantada (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 – em mil hectares).....	15
Gráfico 2 – Produtividade – (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 , em kg/ha).....	16
Gráfico 3 - Evolução do consumo aparente de fertilizantes (Nitrogênio) - Brasil (de 1950 a 2011, em mil toneladas).	17
Gráfico 4 – Produção (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas).....	18
Gráfico 5 – Participação do RS na produção de arroz no Brasil – (Safras 2000/01 a 2010/11)	19
Gráfico 6 – Produção e Consumo (Brasil – Safra 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas)..	20
Gráfico 7 – Brasil – Importação e Exportação de Arroz – Safra 1999/00 a 2011/12 – em toneladas	22
Gráfico 8 – Produção e consumo mundial de arroz beneficiado (de 2000 a 2010 – em milhões de toneladas).....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de Oferta e Demanda de Arroz (Base Casca) – (Brasil - Safra 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas)	19
Tabela 2 - Produção de arroz no mundo (2000 a 2010, em toneladas).....	28
Tabela 3 – Participação (%) dos países na produção mundial de arroz (2000 a 2010)	29
Tabela 4 – Exportações mundiais de arroz (2000 a 2010, em toneladas)	30
Tabela 5 - Participação dos países nas exportações mundiais de arroz (2000 a 2010).....	31
Tabela 6 - Importações de arroz - (Mundo - 2000 a 2010, em toneladas)	33
Tabela 7 - Participação dos países nas importações mundiais de arroz (2000 a 2010)	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDA – Agência Nacional para Difusão de Adubos

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Food and Agriculture Organization

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz

USDA – United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O SETOR ORIZÍCOLA BRASILEIRO.....	13
2.1	Produção	13
2.2	Consumo	20
2.3	Exportação e Importação	21
2.4	Determinantes dos preços do arroz.....	23
2.5	Custos	24
3	CENÁRIO INTERNACIONAL	26
3.1	Produção	26
3.2	Exportação	30
3.3	Importação	32
3.4	Consumo	34
4	COMERCIALIZAÇÃO.....	36
4.1	Políticas de Comercialização	36
4.1.1	Histórico	36
4.1.2	Os instrumentos vigentes no Brasil.....	38
4.1.2.1	Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	38
4.1.2.1.1	Aquisições do Governo Federal (AGF`s)	39
4.1.2.1.2	Empréstimos do Governo Federal (EGF`s)	39
4.1.2.1.3	Prêmio Para Escoamento da Produção (PEP)	39
4.1.2.1.4	Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas	40
4.2	Acordos Regionais.....	41
5	CONCLUSÃO.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio é hoje uma das principais bases econômicas para o Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio representou no ano de 2010, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), 21,8% do PIB brasileiro. O agronegócio representa ainda 42% das exportações totais do país. O clima privilegiado, o solo fértil, a disponibilidade de água e a biodiversidade, além da mão de obra qualificada, dão ao Brasil uma condição singular para o desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao agronegócio. Não à toa, o Brasil é hoje um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários.

O setor orizícola é um dos mais importantes para o agronegócio brasileiro, devido ao elevado consumo interno de arroz e o expressivo volume de grãos produzidos. O cereal é, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o principal produto de consumo humano produzido internamente. É capaz de ser produzido em todas as regiões brasileiras, mas grande parte desta é concentrada no sul do país.

Segundo a *Food and Agriculture Organization (FAO)*, mais de 80% da produção e do consumo de arroz no mundo se dá na Ásia. O Brasil é o maior produtor do cereal fora deste continente. Em 2004, atingimos a autossuficiência na produção de arroz. No entanto, a quantidade de arroz importada ainda é significativa. O alto custo de produção prejudica a competitividade do setor no cenário internacional e prejudica também os preços internos do produto. O arroz produzido no Uruguai e na Argentina, por exemplo, a um custo menor que o produzido internamente, atrai as indústrias processadoras do produto, fazendo com que caia o preço do produto no mercado interno e afete a rentabilidade do produtor rural.

A competitividade é um dos principais temas de debate atualmente. Segundo Marion Filho (2008), muitos fatores interferem na competitividade dos produtos agrícolas, como a política específica para o setor, o custo de produção, a tributação vigente no país, os juros pagos por financiamentos, o comportamento do câmbio e a tarifa de importação de terceiros mercados.

O objetivo deste trabalho é, através da caracterização das principais políticas de comercialização vigentes, verificar a influência das mesmas na inserção internacional do setor orizícola brasileiro. Para isso, serão analisados os principais indicadores do setor no período de 2000 a 2011, tanto no cenário nacional como internacional, para ser possível situar-se da atual realidade do setor arrozeiro brasileiro e o nível de competitividade existente.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo visa apresentar os principais dados do setor orizícola brasileiro. O segundo capítulo mostra o cenário internacional do arroz e a posição do Brasil no mesmo. Por fim, o terceiro capítulo caracteriza os principais instrumentos de comercialização vigentes no país, onde será possível identificar as influências destes na competitividade do setor, objetivo central do trabalho.

2 O SETOR ORIZÍCOLA BRASILEIRO

Este capítulo se propõe caracterizar a setor orizícola do Brasil, mostrando um panorama dos principais ramos da atividade e seu desenvolvimento nos últimos anos. O foco é a cadeia do arroz no cenário gaúcho e brasileiro. A partir da apresentação da produção, produtividade, importação, exportação, entre outros, será possível situar-se na situação atual do setor orizícola.

Segundo Miranda et al (2009), “a cadeia consiste das operações de produção agrícola, secagem, armazenagem, beneficiamento, distribuição (atacadista e varejista), exportação e importação.” Estes componentes citados por Miranda et al (2009) formam a cadeia e o complexo do arroz no Brasil. A análise dos últimos anos de alguns destes itens que compõem a cadeia do arroz permitirá entender a posição do Brasil frente ao cenário mundial de produção do cereal.

A cadeia do arroz, como destaca Miritz (2007), tem apresentado mudanças importantes nos últimos anos. A evolução das preferências do consumidor, o deslocamento dos polos de produção, as inovações técnicas e os investimentos produtivos criam novas condições de competitividade tanto no plano internacional quanto no nacional.

A caracterização da cadeia permite identificar as inter-relações entre os segmentos do setor, a forma como se coordenam e os gargalos existentes no mercado. Isto mostrará ainda o atual nível de competitividade do setor arrozeiro, brasileiro e gaúcho, frente aos mercados concorrentes.

2.1 Produção

O arroz é possível de ser produzido em todas as regiões do Brasil. No entanto, por ser um dos únicos produtos capaz de ser produzido em grande parte da metade sul do Rio Grande do Sul, nosso estado possui papel de destaque na produção nacional. Em 2011, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Rio Grande do Sul

foi responsável por 65% da produção nacional de arroz. Outros estados que se destacam na produção orizícola são Pará, Maranhão, Santa Catarina e Mato Grosso. Com isso, a cadeia orizícola possui grande significância na economia do Brasil, na sua representatividade dentro do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro e ainda, obviamente, à sua importância como alimento base da dieta do brasileiro.

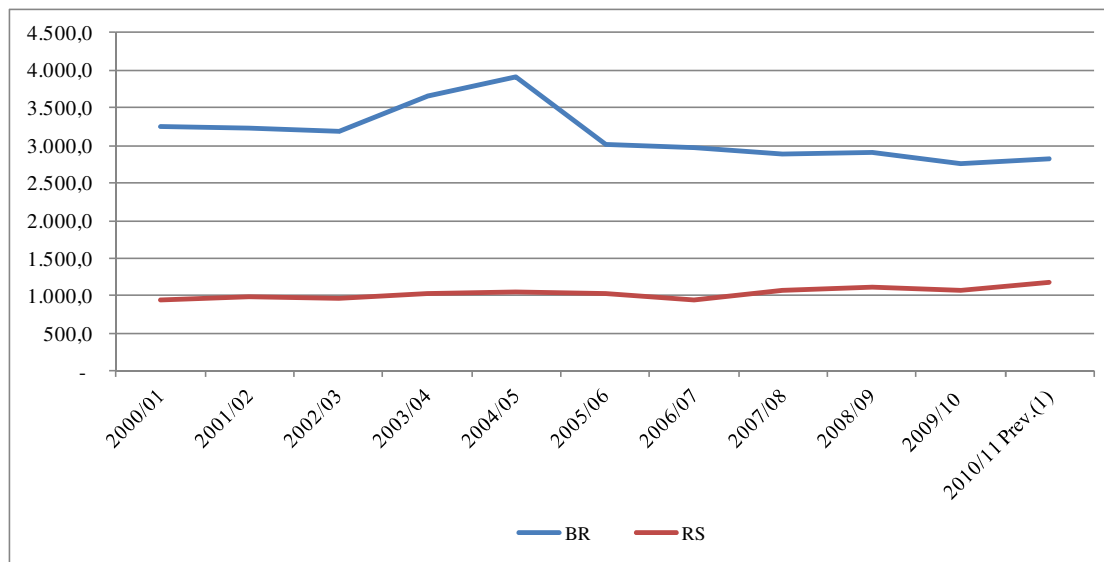
Os sistemas de cultivo utilizados no Brasil são o de arroz de sequeiro ou arroz de terras altas e o de arroz irrigado. De acordo com Zamberlan e Sonaglio (2011), o tempo de cultivo é de quatro a seis meses, necessitando-se de uma temperatura média de 21°C ao longo do período. O arroz irrigado no Brasil tem seu cultivo geralmente realizado no mês de outubro. Durante os meses de novembro, dezembro e janeiro a lavoura é alagada, demandando grande quantidade de água. Por fim, a colheita é realizada entre os meses de março a maio.

Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o arroz de terras altas é pouco exigente em insumos e tolerante a solos ácidos. Este tipo de arroz tem seu cultivo realizado entre os meses de setembro e dezembro.

Em número de estados, o arroz de sequeiro é mais representativo. No entanto, em volume produzido, o arroz irrigado é o principal. Seu cultivo apresenta maior produtividade no campo e relativa superioridade na qualidade, conforme Miranda et al (2009). No Rio Grande do Sul o cultivo mais utilizado é o arroz irrigado.

A área cultivada no país tem diminuído nos últimos anos. De acordo com o gráfico 1, a área plantada de arroz diminuiu 13% se comparada a safra de 2000/01 com a de 2010/2011. Em 2010 foram cultivados 2,82 milhões de hectares de arroz, contra 3,24 milhões em 2000. Já no Rio Grande do Sul ocorreu o contrário, a área cultivada passou no mesmo período de 940 mil para 1,17 milhões de hectares, um aumento de 24%.

Gráfico 1 - Área plantada (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 – em mil hectares)

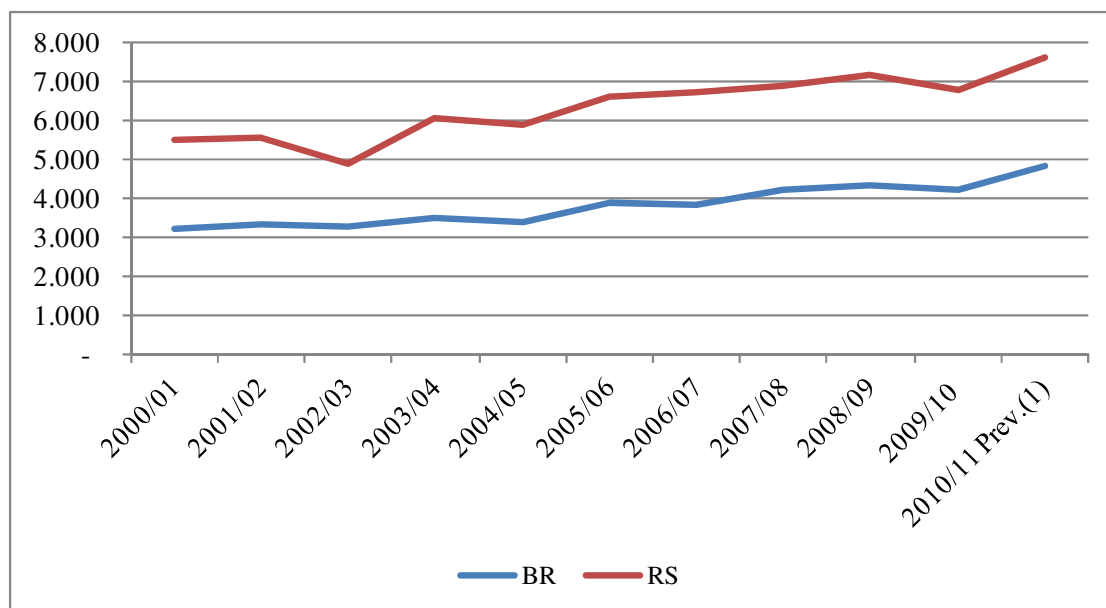


Fonte: CONAB (2012)

¹ Previsão

O que se elevou significativamente na comparação das safras de 2000/01 a de 2010/2011 foi a produtividade média alcançada, como mostra o gráfico 2. A produtividade média nacional aumentou 51% de uma safra para outra. No Rio Grande do Sul o aumento foi um pouco menor, 38%, pois dado o nível de produtividade já existente, os aumentos marginais acabam sendo menores. A produtividade alcançada na lavoura gaúcha está entre as maiores do mundo. O Rio Grande do Sul produziu em média no ano de 2011 7.600 kg/ha, enquanto em nível nacional a produção média foi de 4.827 kg/ha. Esta evolução na produtividade é, segundo Zamberlan e Sonaglio (2011), causa da elevação nos últimos vinte anos do uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, sementes melhoradas e mecanização).

Gráfico 2 – Produtividade – (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 , em kg/ha)

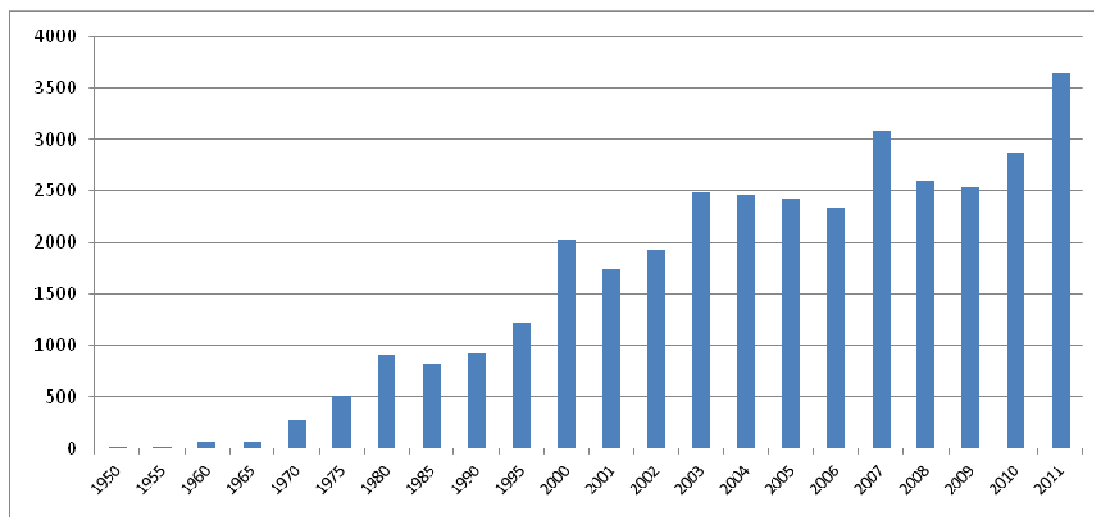


Fonte: CONAB (2012)

¹ Previsão

O gráfico 3 discrimina a evolução no consumo de fertilizantes, especificamente Nitrogênio (N), como sendo um dos indicadores do processo de modernização ocorrido na agricultura nos últimos anos. Na concepção de Contini et al. (2010), o aumento no uso de fertilizantes na agropecuária brasileira está relacionado à recuperação da fertilidade dos solos, e, em áreas com baixa capacidade produtiva, como o Cerrado, para a correção dos solos.

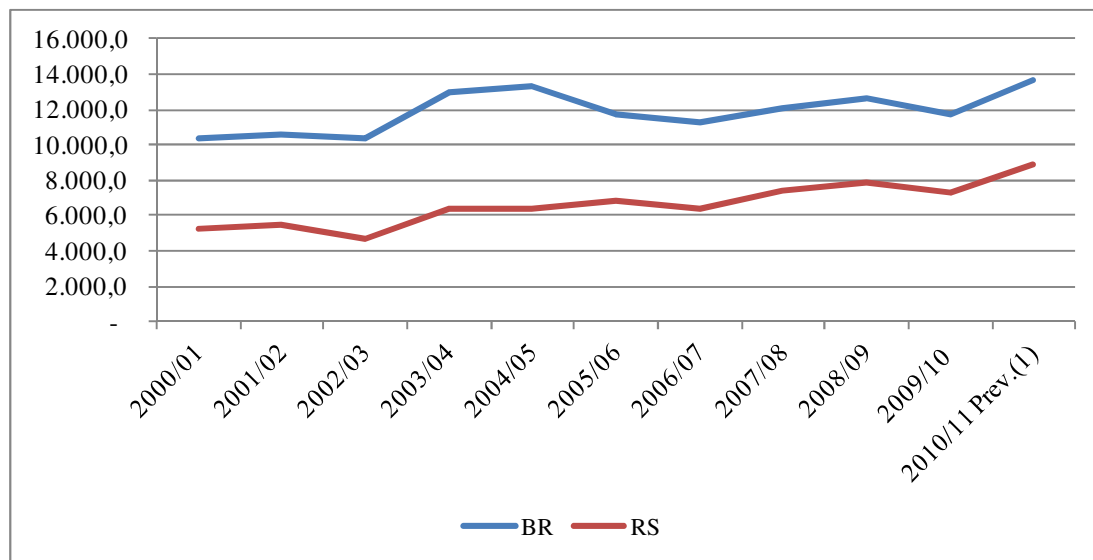
**Gráfico 3 - Evolução do consumo aparente de fertilizantes (Nitrogênio) - Brasil
(de 1950 a 2011, em mil toneladas).**



Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), 2012.

Apesar da queda na área plantada de arroz nos últimos anos, o aumento da produtividade da lavoura fez com que houvesse um aumento na produção do cereal no período, conforme dados da CONAB demonstrados no gráfico 4. Em nível nacional a produção passou de 10,38 milhões de toneladas em 2001 para 13,61 milhões em 2011, um aumento de 31%. No Rio Grande do Sul, o aumento foi ainda maior. Na safra 00/01 foram colhidos 5,19 milhões de toneladas de arroz, e na safra 10/11 a quantidade produzida foi de 8,90 milhões de toneladas, um aumento de 71%.

Gráfico 4 – Produção (Brasil e Rio Grande do Sul – Safras 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas)

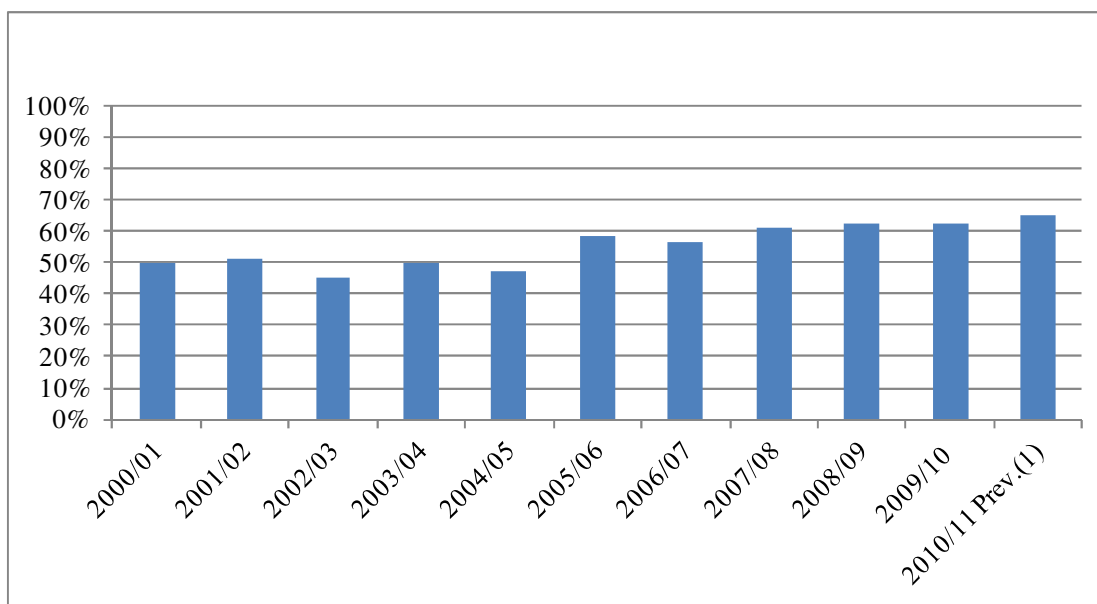


Fonte: CONAB (2012)

¹ Previsão

Com isso, a importância do Rio Grande do Sul no total de arroz produzido no Brasil também aumentou, como pode ser visto no gráfico 5. Na safra 00/01 o estado foi responsável por 50% da produção nacional. Já na safra 10/11 a produção gaúcha passou a representar 65% da produção total brasileira. Isto mostra a importância do Rio Grande do Sul como formador e referencial de preço para o mercado nacional e também como fornecedor do produto para todo o Brasil.

Gráfico 5 – Participação do RS na produção de arroz no Brasil – (Safras 2000/01 a 2010/11)



Fonte: CONAB (2012)

¹ Previsão

Outro dado importante de se destacar é que em 2004, de acordo com Miranda et al (2007), o Brasil alcançou a autossuficiência na produção de arroz, ou seja, a demanda interna pode ser satisfeita pela própria produção. Isto é possível verificar na tabela 1 e no gráfico 6, que seguem abaixo.

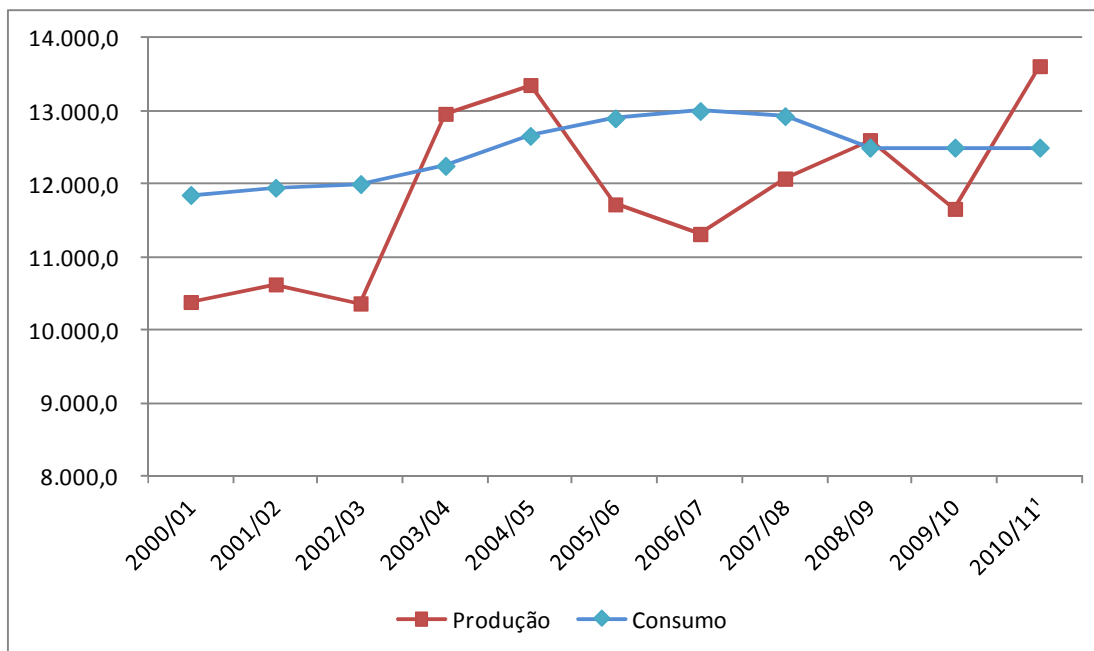
Tabela 1 – Quadro de Oferta e Demanda de Arroz (Base Casca) – (Brasil - Safra 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas)

Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final	Relação Estoque Final/Consumo
2000/01	2.110,2	10.386,0	936,5	13.432,7	11.850,0	21,1	1.561,6	13,2
2001/02	2.598,7	10.626,1	951,6	14.176,4	11.950,0	24,4	2.202,0	18,4
2002/03	2.111,9	10.367,1	737,3	13.216,3	12.000,0	47,6	1.168,7	9,7
2003/04	1.877,7	12.960,4	1.601,6	16.439,7	12.250,0	23,5	4.166,2	34,0
2004/05	1.572,9	13.355,0	1.097,3	16.025,2	12.660,0	92,2	3.273,0	25,9
2005/06	2.878,4	11.721,7	728,2	15.328,3	12.900,0	379,7	2.048,6	15,9
2006/07	3.732,1	11.315,9	827,8	15.875,8	13.000,0	452,3	2.423,5	18,6
2007/08	3.079,3	12.074,0	1.069,6	16.222,9	12.930,0	313,1	2.979,8	23,0
2008/09	2.326,6	12.602,5	589,9	15.519,0	12.500,0	789,9	2.229,1	17,8
2009/10	1.891,9	11.660,9	908,0	14.460,8	12.500,0	894,4	1.066,4	8,5
2010/11 ¹	2.107,5	13.613,1	1.044,8	16.765,4	12.500,0	627,4	3.638,0	29,1

Fonte: CONAB (2012)

¹ Estimativa

Gráfico 6 – Produção e Consumo (Brasil – Safra 2000/01 a 2010/11 – em mil toneladas)



Fonte: CONAB (2012)

¹ Estimativa

O consumo, como demonstrado na tabela 1 e no gráfico 6, apresentou uma tendência crescente no início da década, atingiu seu pico em 2006/07 com 13 milhões de toneladas e estabilizou-se no final do período analisado ao nível de 12,5 milhões de toneladas consumidas ao ano. Já a produção apresenta reduções acentuadas em alguns períodos, devido, fundamentalmente, às condições climáticas.

2.2 Consumo

Como mostra o gráfico 6, a quantidade de arroz consumida no Brasil tem aumentado em um ritmo inferior ao crescimento da produção. Nos últimos anos a população brasileira cresceu cerca de 32%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto isso houve uma redução do consumo per capita do cereal, segundo Barata e Senna (2007). O consumo domiciliar de arroz per capita no Brasil, que é o consumo por indivíduo em um domicílio, vem diminuindo nos últimos 20 anos. As pessoas estão comprando menos arroz para comer em casa. De acordo com Barata e Senna, isto está

ocorrendo “em função, principalmente, de mudanças no estilo de vida das famílias, da maior participação da mulher no mercado de trabalho, da maior frequência de refeições fora de casa, de variações no preço do alimento, de variações na renda dos consumidores, em função de lançamento de novos produtos substitutos etc.” (Barata e Senna, 2007, página 117) É importante, segundo eles, acompanhar o comportamento do consumidor e identificar os fatores que afetam a compra de um produto para que os segmentos de produção, industrialização e distribuição dos produtos alimentícios permaneçam em atividade.

Ainda segundo estes autores, o consumo médio de arroz do brasileiro é de 52,5 quilogramas por habitante por ano (base casca), número inferior ao consumo mundial médio por habitante, que é de 84,8 quilogramas por ano. No entanto, se compararmos o consumo do brasileiro com o consumo per capita dos países desenvolvidos (16,7 kg/hab/ano), o valor é significativamente superior.

Para classificar o comportamento dos consumidores, a Teoria Microeconômica classifica os produtos com base na elasticidade-renda de demanda, que relaciona a renda dos consumidores e o consumo de determinado produto. A partir desse critério, alguns produtos agrícolas apresentam elasticidade-renda menor que zero, o que os caracteriza como bens essenciais. Isto significa que o consumo do produto reduz com o aumento da renda, pois certos produtos agrícolas possuem a característica de saturar-se ao nível baixo de consumo. (Zamberlan e Sonaglio, 2011)

Um conceito importante da Teoria do Consumidor, ressaltado por Zamberlan e Sonaglio (2011), é a elasticidade-preço da demanda, que indica a variação no consumo de um produto quando o preço varia 1%. Alguns produtos agrícolas possuem demanda inelástica, ou seja, o aumento do preço em 1% causa uma redução no consumo menor que 1%. Isto ocorre, segundo os mesmo autores, devido a essencialidade dos bens e a maior capacidade de saturação para o consumidor.

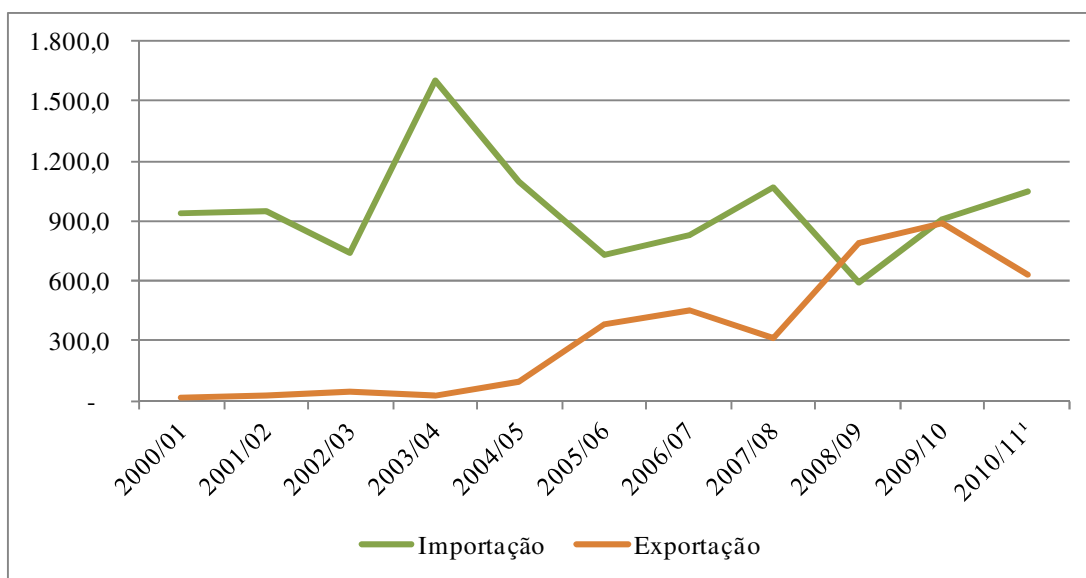
2.3 Exportação e Importação

A formação do MERCOSUL nos anos 90, aliado a medidas protecionistas por parte do governo brasileiro, como a obrigatoriedade de pagamento à vista sobre importações de

arroz originárias de países como EUA e Vietnã, por exemplo, impulsionou as importações de arroz brasileiras. Outros fatores, como a valorização da moeda brasileira no final dos anos 90 ajudaram a consolidar o Brasil como importador líquido do produto.

O gráfico 7 mostra a evolução das importações e exportações de arroz nos últimos 11 anos. Em 2004/05 houve um salto significativo nas importações devido, principalmente, a apreciação da taxa de câmbio no Brasil, conforme Miranda et al (2009). No período analisado a média importada foi de 953 mil toneladas ao ano. Os principais fornecedores de arroz para o Brasil são Uruguai e Argentina. Ambos os países somados representaram 79% do total das importações brasileiras de arroz no ano comercial 2010/11, segundo dados do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). Estes países produzem arroz a uma qualidade igual ou até superior ao arroz brasileiro e com preços mais competitivos. Além disso, o consumo interno destes países é bem menor que suas produções, o que os leva a escoarem os excedentes para o Brasil, conforme Brum et al (2008). Consequentemente, isto gera uma desestabilização nos preços brasileiros e na produção local.

Gráfico 7 – Brasil – Importação e Exportação de Arroz – Safra 1999/00 a 2011/12 – em toneladas



Fonte: CONAB (2012)

¹ Estimativa

As exportações, segundo Miranda et al (2007), são uma alternativa de escoamento da produção de arroz que ajuda a equilibrar o preço doméstico. O gráfico 7 mostra uma evolução importante das mesmas no período. Nos onze anos representados, a quantidade média exportada foi de 333 mil toneladas. O ano agrícola de 2005/06 representou uma mudança de patamar e um salto significativo nas exportações de arroz. Neste ano foram verificadas 379 mil toneladas de arroz exportadas contra apenas 92 mil no ano anterior. Isto ocorreu, segundo Wander (2006), devido, principalmente, ao excesso de oferta de arroz no mercado interno. O ano 2008/09 apresentou outro fato importante. Neste ano o Brasil exportou mais arroz do que importou, e isto não ocorria desde 1979.

Segundo dados do IRGA, nos últimos anos o Brasil tem aumentado a pauta de países destino das exportações do cereal. Os principais destinos das exportações brasileiras foram, nos últimos anos, basicamente países africanos. Nas últimas três safras apresentadas no gráfico 7, os principais importadores do arroz brasileiro foram Benin, Nigéria, Senegal e Gâmbia.

O arroz quebrado, de baixo valor agregado, é o tipo de arroz mais exportado. Segundo dados do IRGA, no ano de 2010/11 este tipo de arroz representou 67% do total das exportações brasileiras. Atrás do arroz quebrado aparece o arroz beneficiado parboilizado, que em 2010/11 representou 22% do total exportado. Apenas em dois dos últimos seis anos a quantidade exportada de arroz beneficiado, parboilizado ou não, foi maior que a de arroz quebrado. Segundo Miranda et al (2009), este perfil de exportação não contribui para reduzir o excedente de oferta no mercado interno, que permanece com disponibilidade de arroz inteiro, em casca e beneficiado.

2.4 Determinantes dos preços do arroz

De acordo com Miranda et al (2007), a oferta nacional do produto é determinada basicamente por fatores climáticos, produtividade, área cultivada, custos de produção e comportamento do varejo no mercado doméstico. A taxa de câmbio exerce também grande influência nos preços internacionais do produto, pois o seu nível estimula ou não a oferta ou demanda internacional do produto. Por exemplo, quando é mais rentável para um produtor exportar o seu produto, automaticamente irá diminuir a oferta interna, elevando os preços. Outros fatores como a capacidade de armazenamento e o grau de endividamento podem ser

ressaltados com a mesma importância, pois estão diretamente ligados às ações de política agrícola por parte do governo.

São, principalmente, os mecanismos públicos de comercialização os responsáveis pela formação de estoques, armazenagem e também financiamento dos produtores. Um limitado espaço para armazenamento, por exemplo, pode limitar as ações do governo quando o mesmo pretende atuar no mercado. Estes mecanismos teriam a função, segundo estudo da EMBRAPA, de levar o preço a um nível capaz de evitar prejuízos aos produtores.

Além disso, poderíamos incluir o grau de protecionismo de um país. A Tailândia e a Índia são exemplos de países que ocasionalmente se utilizam de algumas barreiras restritivas com o intuito de proteger a oferta interna do produto. Como são países grandes produtores de arroz, a ação protecionista de seus governos altera os preços internacionais do cereal. Os EUA, segundo Waquil e Alvim (2010), é o país que mais distorce os preços no mercado de arroz. O país se utiliza de um programa de estímulo a exportações através de créditos subsidiados. O objetivo do mesmo é exportar os excedentes gerados pelas políticas domésticas protecionistas. Com estas medidas, o governo americano evita a queda dos preços no mercado doméstico.

Questões climáticas e políticas em países grandes consumidores e produtores de arroz também afetam a determinação dos preços.

2.5 Custos

Conforme Marion Filho (2008), fazem parte dos custos de produção do arroz os gastos com insumos, o pagamento de juros e o montante de tributos, os quais incidem sobre as matérias-primas e máquinas necessárias à produção.

Zamberlan e Sonaglio (2011) afirmam que o aumento da produção e da produtividade nos últimos anos exigiu, por parte dos produtores, maiores investimentos, o que elevou os custos da lavoura arrozeira. Além disso, o aumento do uso de insumos na lavoura nos últimos anos tem elevado os custos e exigido maior eficiência na hora da produção.

Para muitos o problema do custo elevado da produção de arroz no Brasil está na tributação elevada. Segundo estudo realizado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), enquanto os outros países desenvolvem sistemas de tributação sobre renda e patrimônio, o nosso país insiste na tributação sobre o produto. Isto faz com que se tribuam equivocadamente os custos de produção, formados por insumos agrícolas e bens de capital, elevando assim o custo de produção local. Com isso, perde-se competitividade e até traz prejuízos aos produtores.

Segundo Ilha et al (2004), a carga tributária incidente sobre a produção de arroz no Uruguai é de 14%, na Argentina de 16% e no Brasil de 40%. Os mesmos autores ainda mencionam que os altos valores cobrados pelo arrendamento das terras elevam também os custos da produção de arroz no nosso país, pois a maioria dos produtores mantém suas atividades em terras arrendadas.

3 CENÁRIO INTERNACIONAL

Cultivado e consumido em todos os continentes, o arroz se destaca pela produção e área de cultivo, desempenhando papel estratégico tanto no aspecto econômico quanto social. Segundo o United States Department of Agriculture (USDA), cerca de 150 milhões de hectares de arroz são cultivados no mundo. A produção mundial alcançou, em 2010, de acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO), 696 milhões de toneladas.

O mercado mundial de arroz é caracterizado, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, por preços voláteis e oferta instável. Crises de fornecimento de alimentos influenciaram muito os preços e a produção ao longo do tempo, principalmente em países asiáticos, os maiores produtores e consumidores do produto. (Henkin et al, 2010)

Características como a concentração geográfica da produção de arroz, estreito e fragmentado mercado mundial com altos custos de transação no comércio, baixas elasticidades-preço da demanda doméstica e estoques reguladores relativamente baixos fazem com o que o mercado mundial de arroz seja mais instável que os dos demais grãos. (Henkin et al, 2010)

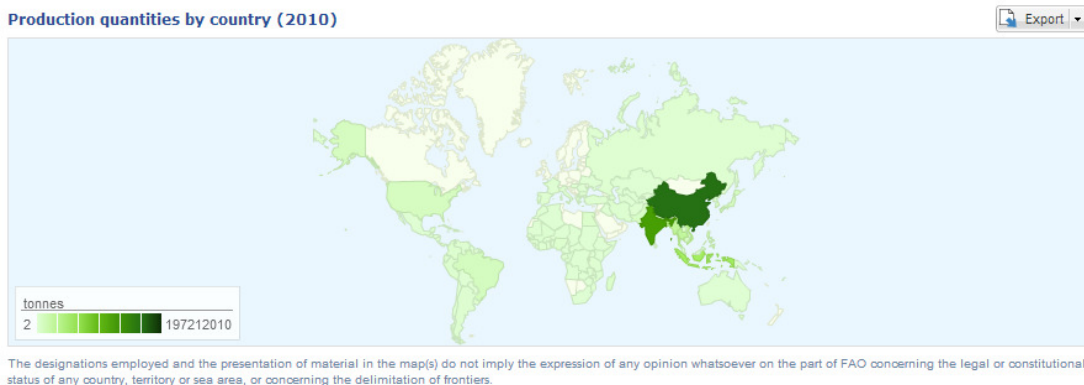
Conforme Miritz (2007), as mudanças econômicas e sociais do Brasil e do mundo a partir da década de 1990, como a abertura econômica e a globalização, afetam o mercado, a dinâmica da concorrência e as estruturas produtivas de grande parte das atividades econômicas. As estruturas produtivas agrícolas vêm sendo alteradas em função de tais mudanças, com o intuito de se adaptar e se tornar competitivo frente à nova realidade. No caso do setor orizícola não é diferente. A produção de arroz tem crescido além do consumo, gerando excedentes e queda nos preços.

3.1 Produção

De acordo com dados da FAO, a produção de arroz é extremamente difundida no mundo inteiro. Conforme os dados da organização, referentes ao ano de 2010, 115 países produzem arroz no mundo. Depois do milho, o arroz é o cereal mais produzido no mundo. Mais de 80% da produção e do consumo de arroz no mundo está concentrada na Ásia.

A figura 1 apresenta a distribuição da produção de arroz no mundo.

Figura 1 – Mapa da Produção de arroz no Mundo (2010)



Fonte: FAO (2012)

A tabela 2 mostra os dez maiores produtores de arroz e o total acumulado no período de 2000 a 2010. A China é o maior produtor do mundo, atingindo em 2010 cerca de 197 milhões de toneladas. Atrás dela aparecem, Índia, Indonésia e Bangladesh. Dos dez países indicados na tabela, oito são asiáticos. As exceções são Brasil e Estado Unidos, ambos com uma produção de cerca de 11 milhões de toneladas no ano de 2010. O total produzido no mundo mostra evolução no período, mas os principais produtores se mantêm. Alguns países demonstram uma evolução mais importante na produção, como Myanmar, que elevou em 55% sua produção se compararmos 2000 com 2010, e outros mostram menor evolução, caso do Brasil, que se comparados os mesmos anos antes referidos, aumentou sua produção apenas 1,3%, segundo os dados da FAO.

Tabela 2 - Produção de arroz no mundo (2000 a 2010, em toneladas)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China	189.814.060	179.304.900	176.342.190	162.304.280	180.522.610	182.055.140
Índia	127.465.000	139.900.000	107.730.000	132.789.000	124.697.000	137.690.000
Indonésia	51.898.000	50.460.800	51.489.700	52.137.600	54.088.500	54.151.100
Bangladesh	37.627.500	36.269.000	37.593.000	38.361.400	36.236.000	39.795.600
Vietnã	32.529.500	32.108.400	34.447.200	34.568.800	36.148.900	35.832.900
Myanmar	21.323.900	21.916.000	21.805.000	23.146.300	24.939.000	27.683.000
Tailândia	25.843.900	28.033.700	27.991.800	29.473.500	28.538.200	30.291.900
Filipinas	12.389.400	12.954.900	13.270.700	13.499.900	14.496.800	14.603.000
Brasil	11.089.800	10.184.000	10.457.100	10.334.600	13.277.000	13.192.900
EUA	8.657.820	9.764.500	9.568.990	9.067.180	10.539.800	10.107.500
Outros	80.716.575	78.932.064	80.691.111	81.384.260	84.506.404	89.042.163
TOTAL	599.355.455	599.828.264	571.386.791	587.066.820	607.990.214	634.445.203

País	2006	2007	2008	2009	2010
China	183.276.050	187.397.460	193.284.180	196.681.170	197.212.010
Índia	139.137.000	144.570.000	148.770.000	133.700.000	143.963.000
Indonésia	54.454.900	57.157.400	60.251.100	64.398.900	66.469.400
Bangladesh	40.773.000	43.181.000	46.742.000	47.724.000	50.061.200
Vietnã	35.849.500	35.942.700	38.729.800	38.950.200	39.988.900
Myanmar	30.924.000	31.451.000	32.573.000	32.682.000	33.204.500
Tailândia	29.641.900	32.099.400	31.650.600	32.116.100	31.597.200
Filipinas	15.326.700	16.240.200	16.815.500	16.266.400	15.771.700
Brasil	11.526.700	11.060.700	12.061.500	12.651.100	11.236.000
EUA	8.826.230	8.998.730	9.241.170	9.972.230	11.027.000
Outros	91.471.186	88.871.563	98.910.091	99.452.976	95.668.532
TOTAL	641.207.166	656.970.153	689.028.941	684.595.076	696.199.442

Fonte: FAO (2012)

A tabela 3 apresenta a participação destes principais produtores na produção mundial de arroz. É possível perceber a grande concentração que há no setor. Cerca de 86% da produção acontece nos 10 maiores produtores. China e Índia, os dois maiores produtores, concentram quase 50% da produção, o que significa que o comportamento da safra de ambos é determinante para a composição do quadro mundial de oferta e demanda. Logo em seguida aparecem Indonésia e Bangladesh, com 9,55% e 7,19% da produção mundial, respectivamente.

Tabela 3 – Participação (%) dos países na produção mundial de arroz (2000 a 2010)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
China	31,67%	29,89%	30,86%	27,65%	29,69%	28,70%
Índia	21,27%	23,32%	18,85%	22,62%	20,51%	21,70%
Indonésia	8,66%	8,41%	9,01%	8,88%	8,90%	8,54%
Bangladesh	6,28%	6,05%	6,58%	6,53%	5,96%	6,27%
Vietnã	5,43%	5,35%	6,03%	5,89%	5,95%	5,65%
Myanmar	3,56%	3,65%	3,82%	3,94%	4,10%	4,36%
Tailândia	4,31%	4,67%	4,90%	5,02%	4,69%	4,77%
Filipinas	2,07%	2,16%	2,32%	2,30%	2,38%	2,30%
Brasil	1,85%	1,70%	1,83%	1,76%	2,18%	2,08%
EUA	1,44%	1,63%	1,67%	1,54%	1,73%	1,59%
Outros	13,47%	13,16%	14,12%	13,86%	13,90%	14,03%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

País	2006	2007	2008	2009	2010
China	28,58%	28,52%	28,05%	28,73%	28,33%
Índia	21,70%	22,01%	21,59%	19,53%	20,68%
Indonésia	8,49%	8,70%	8,74%	9,41%	9,55%
Bangladesh	6,36%	6,57%	6,78%	6,97%	7,19%
Vietnã	5,59%	5,47%	5,62%	5,69%	5,74%
Myanmar	4,82%	4,79%	4,73%	4,77%	4,77%
Tailândia	4,62%	4,89%	4,59%	4,69%	4,54%
Filipinas	2,39%	2,47%	2,44%	2,38%	2,27%
Brasil	1,80%	1,68%	1,75%	1,85%	1,61%
EUA	1,38%	1,37%	1,34%	1,46%	1,58%
Outros	14,27%	13,53%	14,35%	14,53%	13,74%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: FAO (2012)

O Brasil aparece em 2010 como o nono maior produtor de arroz do mundo, representando 1,61% da produção mundial, conforme os dados da FAO. Analisando todo o período, percebe-se que o percentual da participação do Brasil na produção mundial é constante.

3.2 Exportação

Embora seja o segundo cereal mais produzido no mundo, o comércio internacional de arroz é pouco expressivo. Grande parte da produção dos países serve para atender a demanda interna, ou seja, o comércio internacional é residual para a maioria dos países produtores. Segundo dados da FAO, em 2010 apenas 4,71% da produção mundial foi exportada.

Como demonstrado nas tabelas 4 e 5, que mostram os dez maiores exportadores de arroz do mundo e sua participação no total mundial, a Tailândia é o maior exportador de arroz do mundo. Em 2010, este país exportou cerca de 8,39 milhões de toneladas ou 27,28% do total mundial. Logo em seguida aparece o Vietnã com 21% das exportações. Os dez maiores exportadores concentram quase 90% da exportação mundial do produto. A China, maior produtor mundial, é, devido a sua grande demanda interna, apenas o oitavo maior exportador de arroz.

Tabela 4 – Exportações mundiais de arroz (2000 a 2010, em toneladas)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tailândia	6.141.356	7.685.051	7.337.561	8.394.979	9.989.730	7.537.119
Vietnã	3.476.983	3.729.458	3.240.932	3.813.000	4.063.000	5.250.000
Paquistão	2.016.273	2.423.858	1.684.326	1.819.982	1.822.739	2.891.389
EUA	2.736.462	2.622.087	3.266.872	3.784.544	3.066.765	3.821.593
Índia	1.532.598	2.193.736	5.053.242	3.401.931	4.794.538	4.062.546
Itália	666.336	562.782	593.454	570.519	668.935	754.942
Uruguai	741.369	811.178	652.386	625.001	609.169	719.446
China	3.070.644	2.011.320	2.067.839	2.597.176	891.100	667.418
Emirados Árabes	104.100	201.100	280.989	211.836	151.017	244.638
Benin	2.000	65	-	-	1.193	5.040
Outros	3.059.218	4.445.705	3.172.881	2.640.104	2.948.760	3.549.661
TOTAL	23.547.339	26.686.340	27.350.482	27.859.072	29.006.946	29.503.792

País	2006	2007	2008	2009	2010
Tailândia	7.433.569	9.195.610	10.216.043	8.619.870	8.939.625
Vietnã	4.642.000	4.558.000	4.735.170	5.968.762	6.886.177
Paquistão	3.688.742	3.129.306	2.809.493	2.751.491	4.179.793
EUA	3.303.183	2.986.589	3.316.138	2.946.626	3.782.510
Índia	4.739.872	6.450.062	2.484.275	2.148.040	2.225.391
Itália	738.065	726.880	800.677	724.755	813.009
Uruguai	744.847	798.705	740.738	994.347	628.222
China	1.231.919	1.324.807	971.208	782.680	615.862
Emirados Árabes	51.713	303.203	525.087	742.548	590.398
Benin	4.872	12.000	28.886	140.282	552.953
Outros	3.971.271	4.224.400	3.106.682	3.914.447	3.554.324
TOTAL	30.550.053	33.709.562	29.734.397	29.733.848	32.768.264

Fonte: FAO (2012)

Tabela 5 - Participação dos países nas exportações mundiais de arroz (2000 a 2010)

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Tailândia	26,08%	28,80%	26,83%	30,13%	34,44%	25,55%
Vietnã	14,77%	13,98%	11,85%	13,69%	14,01%	17,79%
Paquistão	8,56%	9,08%	6,16%	6,53%	6,28%	9,80%
EUA	11,62%	9,83%	11,94%	13,58%	10,57%	12,95%
Índia	6,51%	8,22%	18,48%	12,21%	16,53%	13,77%
Itália	2,83%	2,11%	2,17%	2,05%	2,31%	2,56%
Uruguai	3,15%	3,04%	2,39%	2,24%	2,10%	2,44%
China	13,04%	7,54%	7,56%	9,32%	3,07%	2,26%
Emirados Árabes	0,44%	0,75%	1,03%	0,76%	0,52%	0,83%
Benin	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
Outros	12,99%	16,66%	11,60%	9,48%	10,17%	12,03%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

País	2006	2007	2008	2009	2010
Tailândia	24,33%	27,28%	34,36%	28,99%	27,28%
Vietnã	15,19%	13,52%	15,92%	20,07%	21,01%
Paquistão	12,07%	9,28%	9,45%	9,25%	12,76%
EUA	10,81%	8,86%	11,15%	9,91%	11,54%
Índia	15,52%	19,13%	8,35%	7,22%	6,79%
Itália	2,42%	2,16%	2,69%	2,44%	2,48%
Uruguai	2,44%	2,37%	2,49%	3,34%	1,92%
China	4,03%	3,93%	3,27%	2,63%	1,88%
Emirados Árabes	0,17%	0,90%	1,77%	2,50%	1,80%
Benin	0,02%	0,04%	0,10%	0,47%	1,69%
Outros	13,00%	12,53%	10,45%	13,16%	10,85%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: FAO (2012)

Há uma evolução no período analisado da quantidade de arroz exportado. Isto é decorrência da formação de acordos regionais durante a década de 1990 que estimulou o comércio entre os países. Em função disso, o arroz apresentou um aumento no comércio internacional maior que a média dos produtos agrícolas, pois por se tratar de um mercado onde há muita proteção por parte dos governos locais, em função da proteção alimentar ou da fragilidade dos setores ligados à produção de arroz, acordos regionais apresentam grandes impactos no setor se comparado aos demais. (Alvim, 2003)

O Brasil não aparece entre os dez maiores exportadores no ano de 2010. Apesar disso, o aumento da participação do país no percentual do total das exportações mundiais chama a atenção, conforme os dados da FAO. Em 2000, o Brasil exportou apenas 26.380 toneladas, em torno de 0,1% do total mundial. Em 2005, devido principalmente ao excesso de oferta interna, houve um salto nas exportações para 272.999 toneladas, ou quase 1% do comércio mundial. No último ano analisado, 2010, o Brasil atingiu 422.550 toneladas de arroz exportadas, quase 1,3% do total mundial. Apesar desta evolução, o Brasil ainda aparece na lista dos maiores exportadores de arroz atrás de Uruguai, Itália, Emirados Árabes e Benin, países que sequer aparecem entre os dez maiores produtores de arroz do mundo.

3.3 Importação

As tabelas 6 e 7 mostram os dez maiores importadores de arroz do mundo e a participação dos mesmos no total mundial. As Filipinas aparecem como o maior importador do produto com cerca de 2,3 milhões de toneladas e 7,6% do total, seguida de Nigéria com uma quantidade de 1,8 milhões de toneladas e 6% do total e Arábia Saudita com 1,2 milhões e 4,1% do total. Na sequência vem Irã, Iraque, Emirados Árabes e Malásia, cada um com cerca de 3% do total. Costa do Marfim, Brasil e África do Sul completam a lista.

País	2006	2007	2008	2009	2010
Filipinas	5,8%	5,6%	7,9%	6,0%	7,6%
Nigéria	3,3%	3,7%	3,1%	3,9%	6,0%
Arábia Saudita	3,2%	3,0%	3,1%	4,4%	4,1%
Irã	4,2%	3,1%	3,9%	2,7%	3,6%
Iraque	4,5%	2,3%	3,4%	3,7%	3,6%
Emirados Árabes	2,6%	3,2%	4,2%	3,8%	3,0%
Malásia	2,8%	2,5%	3,6%	3,7%	3,0%
Costa do Marfim	3,0%	2,5%	2,5%	3,8%	2,7%
Brasil	2,2%	2,2%	1,4%	2,2%	2,4%
África do Sul	2,7%	3,0%	2,1%	2,5%	2,4%
Outros	65,8%	69,0%	64,8%	63,2%	61,5%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FAO (2012)

Os dez maiores importadores concentram cerca de 40% do total mundial. Isto mostra que não há um país destaque ou um grande importador de arroz. As importações estão relativamente diluídas entres os dez países.

A participação do Brasil nas importações mundiais de arroz se mantém entre dois e três por cento no período, conforme mostra a tabela 6.

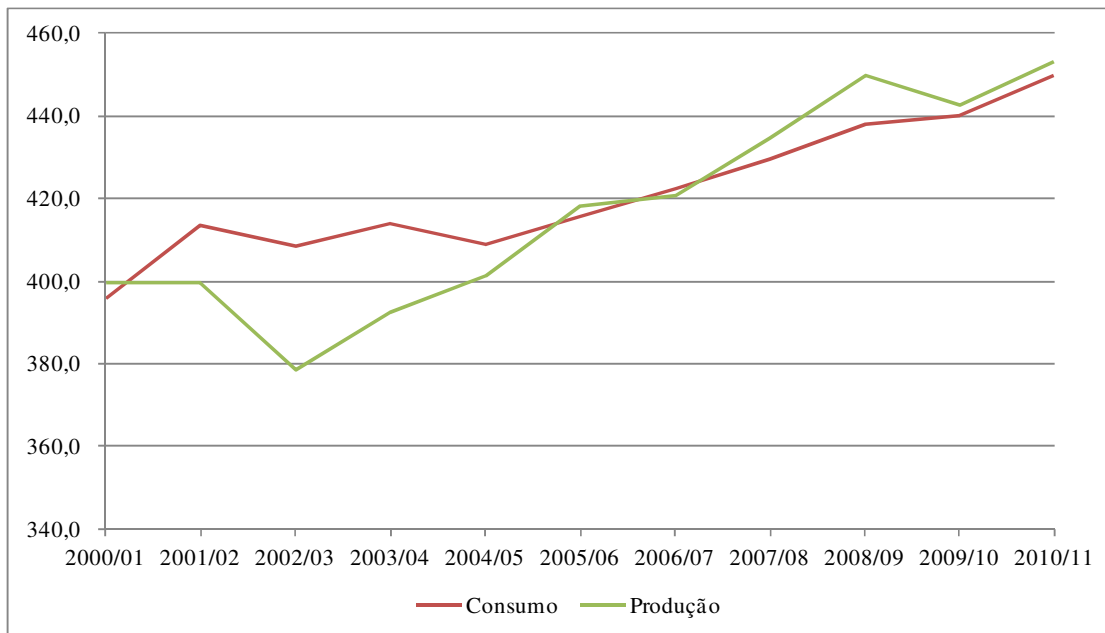
3.4 Consumo

Conforme Barata e Senna (2007), o consumo de arroz no mundo concentra-se nos países do sudeste asiático, responsáveis por cerca de 85% do consumo mundial. Esta concentração está diretamente ligada à cultura da região. Nestes países, o consumo per capita é bem superior aos dos demais países, com destaque para Myanmar, que possui o maior nível de consumo por habitante do mundo, com 306,9 kg/ano. A China é apenas o 15º país no ranking de consumo per capita, conforme os autores. No entanto, devido à sua grande população é o maior consumidor de arroz do mundo em números absolutos. O consumo per capita mundial de arroz é, segundo os mesmo autores, é de 84,8 kg/hab/ano.

O gráfico 8 mostra a evolução do consumo e da produção de arroz beneficiado no mundo de 2000 a 2010, segundo dados da USDA. Como é possível perceber, tanto consumo quanto produção vem aumentando nos últimos anos. Diríamos que a produção vem

acompanhando o crescimento do consumo. Em 2010, o consumo mundial de arroz beneficiado foi de 462 milhões de toneladas, enquanto a produção foi de 465 milhões.

Gráfico 8 – Produção e consumo mundial de arroz beneficiado (de 2000 a 2010)
– em milhões de toneladas)



Fonte: USDA (2012)

4 COMERCIALIZAÇÃO

4.1 Políticas de Comercialização

Segundo Carvalho (2001), a ocorrência de falhas de mercado é o argumento básico para que o governo intervenha no processo produtivo de determinado setor. Considera-se falha de mercado o conjunto de condições sob as quais uma economia de mercado é incapaz de distribuir recursos de maneira eficiente.

No setor agrícola ocorrem importantes falhas de mercado, pois, de acordo com Carvalho (2001), onde há riscos e incertezas, as informações para tomada de decisão são imperfeitas, e os agentes econômicos podem cometer erros na alocação dos recursos. Com isso, na ausência de intervenção pública, o setor pode entrar momentaneamente em crise, ou de excesso de produção ou de escassez de oferta, o que pode comprometer a estabilidade de todo o sistema econômico.

4.1.1 Histórico

Segundo Delgado (2009), a agricultura possui certas particularidades, como a forma de atuação dos agentes econômicos, que a difere de outros setores da economia e criam falhas e imperfeições no funcionamento dos mercados. Com isso, a intervenção na agricultura desde muito tempo é feita com o objetivo de regular estes mercados de forma que estimule o setor e não permita que se criem desequilíbrios no mesmo. Neste cenário, insere-se a Política Agrícola como uma forma de política setorial que influencie o comportamento econômico do setor.

Em outras palavras, Delgado define:

A política agrícola visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infraestrutura, e de recursos naturais e meio ambiente). (Delgado, 2009, p. 25)

Desta forma, as políticas agrícolas aplicadas interferem diretamente em relações de preços, criam incentivos à produção e comercialização e influenciam a integração setorial e a internacionalização da agricultura. (Delgado, 2009)

A agricultura possui importante participação na economia brasileira e, ao longo dos últimos anos, diversos instrumentos de política agrícola foram utilizados estimulando o crescimento do setor e também incentivando o desempenho macroeconômico do país, principalmente em momentos de crise. As políticas adotadas no Brasil a partir do final dos anos 1960 estiveram, segundo Delgado (2009), com a modernização do setor agrícola, com a sua transformação agroindustrial e com a sua internacionalização.

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela política econômica de ajuste externo, pela inflação e pelos planos de estabilização econômica. Rezende (2003) afirma que, neste cenário de política monetária e fiscal contracionistas, a política de crédito agrícola sofreu importante mudança com a redução dos subsídios. Os constantes aumentos das taxas de juros fizeram com que o crédito rural deixasse de ser atrativo. Com isso, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) tornou-se o principal instrumento de estímulo ao desenvolvimento agrícola do país. Lucena e Souza (2001) afirmam que apesar do quadro econômico mostrar-se extremamente desfavorável, a agricultura brasileira cresceu, devido aos estímulos do Governo, que via este setor como um importante impulsor para o crescimento econômico e ajuste macroeconômico.

A segunda metade da década de 1980, marcada pelos planos de estabilização econômica, marca uma queda no crescimento da agricultura. Os constantes insucessos destes planos e a instabilidade geral que havia na economia levaram a uma crise no setor agrícola, com o aumento do endividamento e redução na área plantada.

No início da década de 1990, as políticas de crédito rural e de preços mínimos reduzem sua significância no setor, devido a uma reformulação na política agrícola do país, aplicada pelo Governo Collor. No entanto, com a crise de escassez de alimentos no final de 1991 e a quebra de safra em 90/91 levou o governo a retomar as políticas de crédito rural e de preços mínimos, porém com algumas mudanças se comparado à forma como eram aplicadas anteriormente. Nos anos seguintes surge o Empréstimo do Governo Federal (EGF)

– Especial e o Prêmio de Liquidação. Porém, como estas políticas dependiam de aportes de recursos do Tesouro, não houve empecilhos para seus desenvolvimentos.

Com a estabilização do Plano Real o Governo formula uma reforma na Política Agrícola. A securitização, que consistia no alongamento da dívida dos produtores, foi uma das principais medidas adotadas pelo Governo nesta reforma. Outras medidas foram o Prêmio de Escoamento do Produto, onde o governo se dispunha a pagar a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo estabelecido, e também a entrada dos Contratos de Opção de Venda.

4.1.2 Os instrumentos vigentes no Brasil

Atualmente, conforme Miranda et al (2009), a Política Agrícola estabelecida pelo Governo Federal é de suma importância. As previsões de Aquisições do Governo Federal (AGF) e preços mínimos são os principais instrumentos utilizados. As medidas adotadas influenciam diretamente as expectativas dos produtores e conseqüentemente a postura dos mesmos frente ao mercado.

4.1.2.1 Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)

De acordo com Carvalho:

Em sua essência, os preços mínimos baseiam-se no sistema de preços antecipados. Esse sistema tem a função de reduzir ou transferir para a sociedade a incerteza dos preços com que se defrontam os produtores por ocasião do plantio. Seu objetivo é atingir melhoria na alocação dos recursos. (Carvalho, 1993, p. 53)

Segundo Del Bel Filho (2005), a PGPM consiste em um mecanismo específico de política de rendas para a agropecuária, que possui o intuito de evitar a grande oscilação de preços dos principais produtos agrícolas. A PGPM é executada principalmente através das Aquisições do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF). Ambos os

mecanismos são oferecidos sem custos abrangentes aos produtores, mas acarretam elevadas despesas por parte do Tesouro Nacional.

4.1.2.1.1 Aquisições do Governo Federal (AGF's)

De acordo com a CONAB, as AGF são a aquisição direta, por parte do governo federal, do produto constante da pauta da política de preço mínimo. Isto ocorre quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo estabelecido pela safara vigente. No entanto, a utilização deste instrumento é condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos necessários para a operacionalização do mesmo. Todo produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa pode se utilizar do mesmo.

O produto a ser vendido pelo produtor deve estar enquadrado nos padrões mínimos de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Obedecendo ainda limites máximos admitidos pela CONAB e deve estar depositado em um armazém credenciado pelo mesmo.

Ao mesmo tempo em que os AGF's promovem a estabilidade de preços de produtos agrícolas fundamentais para o consumo da população, permitem a formação de estoques reguladores de passagem de anos de oferta abundante para a venda em anos de escassez.

4.1.2.1.2 Empréstimos do Governo Federal (EGF's)

Os Empréstimos do Governo Federal, ou EGF's, são um contrato para crédito de comercialização que fornece liquidez ao setor agrícola para o transporte de produtos da safra para a entressafra. Através do mesmo, o Governo financia a estocagem a curto prazo, melhorando o poder de barganha do produtor na época da colheita e reduzindo as flutuações estacionais dos preços.

4.1.2.1.3 Prêmio Para Escoamento da Produção (PEP)

Segundo a CONAB, o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) é uma subvenção econômica concedida àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo Governo

Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor do preço mínimo fixado. Este instrumento é utilizado quando o preço de mercado do produto está abaixo do preço mínimo estabelecido.

Segundo Conceição (2002) o objetivo principal do PEP é garantir um preço de referência ao produtor e às cooperativas e, ao mesmo tempo, contribuir para o abastecimento interno.

Somente no setor orizícola em 2011, foram ofertados via PEP, segundo o IRGA, 845 mil toneladas de arroz e foram negociadas 652 mil toneladas. Destas, 613 mil foram negociadas no Rio Grande do Sul. O volume total negociado em 2011 alcançou R\$ 76.532.283.40.

4.1.2.1.4 Contrato de Opção de Venda de Produtos Agrícolas

Conforme Del Bel Filho (2005), o contrato de opção de venda de produtos agrícolas é um seguro de preços adquirido pelo produtor rural. É um título emitido pela CONAB, no qual a mesma se compromete a comprar uma quantidade determinada do produto a um preço estabelecido em uma determinada data. Com isso, o produtor garante a venda de sua produção a um preço que lhe é rentável. Para isso o produtor paga um prêmio para cada título adquirido. Este título é vendido em leilão pela CONAB para quem estiver disposto a pagar mais pelo prêmio. Na época do vencimento do contrato, se o preço de mercado estiver acima do preço final firmado no contrato, o produtor pode optar por não exercer a opção. Caso o preço esteja abaixo do preço de exercício, o produtor pode exercer sua opção vendendo seu produto ao governo. O governo, por sua vez, pode optar por comprar o produto ou pagar a diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício ao detentor do título.

O contrato de opção de venda tem as mesmas características de uma opção de venda, como as existentes em bolsas de mercadorias. A diferença é que o lançador é sempre o governo, a opção é sobre o mercado físico e o preço de exercício da opção é, a princípio, o valor do preço mínimo acrescido dos custos de armazenamento entre o período de lançamento da opção até seu vencimento. (Conceição, 2002, p. 8)

4.2 Acordos Regionais

Conforme afirma Henkin et al (2010), o processo de globalização incentiva as relações comerciais entre os países e exige que haja uma estrutura capaz de prover ao país o necessário para competir internacionalmente. A integração econômica surge como alternativa para alcançar níveis de competitividade mais elevados. Para Waquil e Alvim (2010), a ampliação e integração dos mercados são capazes de impulsionar os fluxos comerciais entre os países com isso podem vir a permitir um maior dinamismo e crescimento das economias participantes.

O setor agrícola é um caso à parte quando se fala em acordos bilaterais devido às especificidades da atividade agrícola e às diferenças econômicas entre os países envolvidos nas negociações. O protecionismo é bastante significativo quando falamos em atividades agrícolas.

Para Waquil e Alvim (2010), o comportamento da oferta nos mercados agrícolas tem como um dos fatores determinantes a implantação de políticas domésticas e internacionais às quais os países e regiões estão sujeitos. Os incentivos à produção agrícola e às exportações e as barreiras de acesso aos mercados podem, segundo os autores, determinar o comportamento da produção, a configuração das agroindústrias e nos mercados locais.

5 CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo apresentar as principais políticas de comercialização vigentes no Brasil e suas relações com o nível atual de inserção do setor orizícola brasileiro no cenário internacional. Para isso, foi mostrada a realidade do setor em âmbito nacional e internacional, analisando indicadores no período de 2000 a 2010. Além disso, foi mostrado como funcionam os atuais instrumentos de comercialização utilizados no país e a influência de acordos regionais no desenvolvimento do comércio de arroz no mundo.

Os dados apresentados permitem concluir que o Brasil vem ganhando espaço nos últimos anos no cenário internacional. A produção brasileira cresceu no período analisado, apesar da queda na área cultivada. Isto ocorreu em função principalmente dos altos níveis de produtividade da lavoura alcançados, os maiores do mundo. Com isso, o Brasil atingiu a autossuficiência na produção de arroz, mas continua importando mais do que exportando o produto.

Junto com a produção e produtividade, contudo, subiram também os custos de produção. A elevação na produtividade exigiu mais investimentos e também um maior uso de defensivos agrícolas na lavoura. Isto elevou os custos significativamente. Outro fator que afeta diretamente os custos é a alta carga tributária incidente sobre a produção de arroz. Se comparada à carga tributária uruguaia e argentina, por exemplo, os maiores concorrentes do arroz brasileiro atualmente, nosso nível de tributação é quase três vezes maior.

As políticas atualmente adotadas satisfazem parcialmente a demanda dos produtores rurais, como a garantia de preços mínimos e liberação de crédito para a lavoura. No entanto, não se percebe nos aspectos analisados no trabalho uma ferramenta que vise a elevação da atuação brasileira no mercado internacional. A PGPM, nas suas mais diversas formas, por exemplo, impede que o produtor rural tenha prejuízo. No entanto, desestrutura a produção orizícola, pois estes mecanismos públicos de comercialização tentam elevar o preço do arroz ao preço que o governo acha certo, onde irá remunerar melhor o produtor. Isso afeta a competitividade do produto brasileiro no cenário internacional.

Outro fator importante observado que influi na competitividade do setor é a formação dos acordos regionais, pois proporciona mercados maiores e mais eficientes. O processo de globalização incentiva as relações comerciais, mas exige uma estrutura que dê suporte ao país para competir internacionalmente. Os acordos surgem como forma de facilitar o acesso aos mercados. No entanto, políticas protecionistas ainda são utilizadas, influenciando os preços no mercado internacional.

Além disso, se pode destacar a ainda limitada pauta brasileira de exportações. Mesmo tendo aumentado nos últimos anos, as exportações de arroz concentram-se em produto de baixo valor agregado. É preciso que se criem estratégias de incentivo à agregação de valor ao produto e expansão da pauta exportadora para consolidar a participação brasileira no mercado internacional do produto.

Por fim, ainda há muito que melhorar para tornar o produto aqui produzido mais atuante no mercado internacional. Para isso, a atuação do governo se mostra fundamental para estimular o crescimento do setor. É preciso que se busquem alternativas que visem minimizar os custos de produção, desde a diminuição da carga tributária até a melhor estruturação dos principais elos da cadeia. Além disso, instrumentos de comercialização mais eficientes, que estimulem a competitividade do setor e alcem o país a uma melhor posição no cenário internacional, precisam ser criados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DO ARDUBO (ANDA). Disponível em: <[http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/\\$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1](http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1)>. Acesso em outubro de 2012.

ALVIM, A. M.; WAQUIL, P. D. Acordos de Livre Comércio e o Mercado de Arroz no Brasil. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa, v. 1, p. 315-340, 2003.

ALVIM, A. M.; WAQUIL, P. D. Acordos regionais de livre comércio e o mercado de arroz no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora, MG. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 1-20.

BARATA, T. S.; SENNA, A. J. T. A evolução do consumo do arroz no Brasil: evolução e determinantes. In: HELIO KENKIN. (Org.). A Economia do Arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. 1ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 117-136.

BEL FILHO, E. D.; BACHA, C. J. C. Avaliação das mudanças na política de garantia de preços mínimos: período de 1997 a 2004. Revista de Economia e Agronegócio, Viçosa, MG, v. 3, n. 1, p. 51-76, 2005.

BRUM, A. L. e PORTELA, E. F. M. As estratégias de competitividade para a cadeia produtiva do arroz: o caso das cooperativas da Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul. Desenvolvimento em Questão, p. 121-146. jan./jun. v.5, n.9, 2007.

CARVALHO, M. A. de. Políticas públicas e competitividade na agricultura. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 21, n° 1, janeiro-março, 2001.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. Preços mínimos e estabilização de preços agrícolas. Revista de economia política, v. 13, n. 1 (49), jan.-mar. 1993.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em setembro de 2012.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. Contribuição dos novos instrumentos de comercialização (Contratos de Opção e PEP) para estabilização de preço e renda agrícolas. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 927).

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura brasileira. Os 150 anos do Mapa. Revista de Política Agrícola. ISSN 1413-4969 Publicação Trimestral Ano XIX - Edição Especial, Brasília, DF, Jul. 2010.

DELGADO, N. G.; Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: Sérgio Leite. (Org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, v. 1, p. 17-54.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em outubro de 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em setembro de 2012.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL (FARSUL). Razões para a baixa competitividade do arroz produzido no Rio Grande do Sul nos mercados interno e externo: uma análise da falta de abertura econômica e ineficiência tributária. Disponível em: <<http://www.farsul.org.br/arquivos/Estudo%20Arroz%20-%20FARSUL.pdf>>. Acesso em novembro de 2012.

HENKIN, H.; GRUNDLING, R. D. P.; OLIVEIRA, C. S. O Cenário Internacional do Arroz: evolução e perspectivas. In: Hélio Henkin. (Org.). A Economia do Arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 15-39.

HENKIN, H.; GRUNDLING, R. D. P. O Arroz Brasileiro no Contexto do MERCOSUL. In: Hélio Henkin. (Org.). A Economia do Arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 61-70.

HENKIN, H.; GRUNDLING, R. D. P.; Evolução e Descrição da Cadeia Produtiva do Arroz no Brasil. In: Helio Henkin. (Org.). A Economia do Arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 71-100.

HENKIN, H.; GRUNDLING, R. D. P. A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul. In: HELIO KENKIN. (Org.). A Economia do Arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 137-156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em setembro de 2012.

ILHA, A. da S. et al. A necessidade de harmonização tributária no MERCOSUL: uma análise do setor orizícola gaúcho. In: ENCONTRO DA ECONOMIA GAÚCHA DA PUCRS, 2., 2004, Porto Alegre

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA). Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em setembro de 2012.

MARION FILHO, Pascoal José; EICH EINLOFT, Neci. A COMPETITIVIDADE DO ARROZ IRRIGADO BRASILEIRO NO MERCOSUL. Organizações Rurais & Agroindustriais, 2008, vol. 10

MIRANDA, S. H. G.; SILVA, G. de S. e; BRAGHETTA, M. A. N.; Esposito, H. A Cadeia Agroindustrial Orizícola do Rio Grande do Sul. Análise Econômica (UFRGS), v. 27, p. 75-96, 2009.

MIRANDA, S. H. G.; SILVA, G. S. E. ; MOTTA, M. A. S. B.; Esposito, H. O Sistema Agroindustrial do Arroz no Rio Grande do Sul. In: XVI Congresso da SOBER: Conhecimento para Agricultura do Futuro, 2007, Londrina. XVI Congresso da SOBER: Conhecimento para Agricultura do Futuro, 2007.

MIRITZ, L. D. Diferenciação e diversificação na agroindústria arroseira do Rio Grande do Sul. 2007. 84p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REZENDE, Gervásio Castro de. Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil. 1. ed. Porto Alegre e Rio de Janeiro: Editora da UFRGS e IPEA, 2003. 246p.

SOUZA, R. B. de L. de; SOUZA, N. de J. de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 180-200, 2001.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Disponível em: <<http://www.usda.gov>>. Acesso em outubro de 2012.

WANDER, A. E. A competitividade do agronegócio brasileiro de arroz. Custos e @gronegócio Online, Recife, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2006.

WAQUIL, P. D.; ALVIM, A. M. O mercado de arroz em diferentes cenários de integração regional. In: Hélio Henkin. (Org.). A economia do arroz: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2010, v. 1, p. 39-60.

ZAMBERLAN, C.O.; SONAGLIO, C.M. A produção orizícola brasileira a partir da década de 1990: evolução e perspectivas econômicas. Qualistas Revista Eletronica. Vol.1, nº 4280, 2011.